

DOSSIÊ

A DEMOCRACIA SOB PRESSÃO: CRISE E SEQUÊNCIA DE AUTOCRATIZAÇÃO NO BRASIL

*DEMOCRACY UNDER PRESSURE:
CRISIS AND SEQUENCE OF
AUTOCRATIZATION IN BRAZIL*

Pedro Moreira da Fonseca * 
Andressa Liegi Vieira Costa ** 

* Centro de Administração e Políticas Públicas, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Universidade de Lisboa, Lisboa, Portugal

E-mail: pfonseca@iscsp.ulisboa.pt

** Centro de Administração e Políticas Públicas, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Universidade de Lisboa, Lisboa, Portugal.

E-mail: andressalieggi@hotmail.com

RESUMO

Ao longo da última década, marcada pela terceira onda de autocratização, a democracia brasileira tem enfrentado uma crise profunda, constituindo um dos casos mais importantes de autocratização em nível global. Partindo das propostas teóricas associadas ao conceito de autocratização desenvolvidas na Ciência Política, o artigo visa analisar a sequência de autocratização no Brasil ao longo da última década, procurando estabelecer uma visão global e panorâmica do processo. Considerando tanto os aspectos associados ao ator/agência como os aspectos estruturais/contextuais, bem como a interação que estabelecem entre si, o artigo argumenta que a crise da democracia brasileira não começou em 2018, com a eleição de Jair Bolsonaro para a presidência, e não terminou com a sua derrota eleitoral em 2022. De facto, a eleição de Bolsonaro constitui mais um sintoma (fundamental, é certo!) dessa crise, permanecendo a democracia brasileira exposta a riscos de autocratização relevantes que merecem ponderação e discussão nesta nova fase política marcada pelo regresso de Lula à presidência. Da sua resolução e da ação dos atores pró-democracia dependem as perspectivas futuras da democracia brasileira.

Palabras clave: Autocratização; Democracia; Autocracia; Brasil; Bolsonaro.

ABSTRACT

Throughout the last decade, marked by the third wave of autocratization, Brazilian democracy has faced a profound crisis, constituting one of the most important cases of autocratization at the global level. Building upon the theoretical proposals associated with the concept of autocratization developed in Political Science, this article aims to analyse the sequence of autocratization in Brazil throughout the last decade, seeking to establish a global and panoramic view of the process. Considering both the aspects associated with the actor/agency and the structural/contextual elements, as well as the interaction they establish between themselves, the article argues that the crisis of Brazilian democracy did not start in 2018, with Jair Bolsonaro's election to the presidency, and did not end with his electoral defeat in 2022. Bolsonaro's election constitutes another symptom (in any case fundamental!) of this crisis, with Brazilian democracy remaining exposed to relevant autocratization risks that deserve consideration and discussion in this new political phase related to Lula's return to the presidency. The prospects of Brazilian democracy depends on its resolution and on the action of pro-democracy actors.

Keywords: Autocratization; Democracy; Autocracy; Brazil; Bolsonaro.

INTRODUÇÃO

Ao longo da segunda década do século XXI, vários índices internacionais e pesquisas comparativas têm diagnosticado uma crise da democracia de alcance global, temática que ganhou relevância nos debates políticos e acadêmicos (FOA e MOUNK, 2017; REPUCCI e SLIPOWITZ, 2022; INTERNATIONAL IDEA, 2022; LEVITSKY e ZIBLATT, 2018; PRZEWORSKI, 2019; V-DEM INSTITUTE, 2023). Aludindo à conhecida metáfora de Huntington (1991), Lührmann e Lindberg (2019) sugeriam em 2019 que o mundo enfrentava há vários anos a “terceira onda de autocratização”, constituindo o Brasil um dos casos paradigmáticos de autocratização.

A literatura de Ciência Política tem vindo a caracterizar a autocratização como um processo multifacetado, associado a várias causas e que, de forma progressivamente mais frequente, evolui gradualmente ao longo de vários anos. Compreender esse processo, a sua sequência evolutiva (fases), as suas causas/determinantes, os mecanismos associados, bem como as estratégias de autocratização desenvolvidas por atores cruciais, constituem uma extensa agenda de pesquisa (BERMEO, 2016; CASSANI e TOMINI, 2019; GERSCHEWSKI, 2020; LAEBENS e LÜHRMANN, 2021; LÜHRMANN, 2021; SATO *et al.*, 2022).

No contexto da “terceira onda de autocratização” em curso (LÜHRMANN e LINDBERG, 2019; V-DEM INSTITUTE, 2023), a literatura tem assinalado o crescimento dos casos em que atores não comprometidos com a democracia acedem ao poder através de eleições democráticas, assumindo depois estratégias e ações que, gradualmente mas de forma efetiva, promovem uma erosão democrática que pode culminar com o colapso da democracia (LÜHRMANN e LINDBERG, 2019; V-DEM INSTITUTE, 2021). Considerando a importância desses atores, tem sido concedida atenção às suas preferências normativas e a ações/estratégias que desenvolvem quando chegam ao poder (análise centrada no ator/agência) (GAMBOA, 2022; KNEUER, 2021; LEVITSKY e ZIBLATT, 2018; LINZ, 1978). De facto, essa linha de pesquisa é absolutamente relevante, visto que, em última análise, é a ação concreta dos atores políticos que determina os resultados políticos. Contudo, a chegada de atores antipluralistas e antidemocráticos ao poder não ocorre num vazio. Ela está associada a fatores estruturais e contextuais, os quais se podem assumir tanto como causas como manifestações da crise da democracia, influenciando as preferências dos atores, propiciando uma mobilização antipluralista e criando um “terreno fértil”

para a autocratização (LÜHRMANN, 2021; MAINWARING e PÉREZ-LIÑÁN, 2013; TOMINI e WAGEMANN, 2018).

Ao longo da última década, marcada pela terceira onda de autocratização (LÜHRMANN e LINDBERG, 2019), a democracia brasileira tem sido identificada como um dos casos mais relevantes de autocratização em nível global (V-DEM INSTITUTE, 2023). Foi durante a presidência de Jair Bolsonaro que os ataques à democracia brasileira mais se fizeram sentir, tendo o presidente liderado o processo de erosão democrática a partir da cúpula do Estado (AVRITZER, KERCHE e MARONA, 2021; HUNTER e VEGA, 2021; NOBRE, 2020, 2022). Contudo, para além da ação do presidente Bolsonaro e dos seus apoiantes contra a democracia (análise centrada no ator/agência), importa também analisar os fatores estruturais e contextuais que propiciaram a ascensão de Bolsonaro e que contribuíram para a sua eleição como presidente em 2018. De facto, tendo em vista compreender globalmente um processo de autocratização que afeta uma democracia, é fundamental analisar tanto os aspetos associados ao ator/agência como os aspetos estruturais/contextuais, bem como a interação que estabelecem entre si. Tal exercício permite aclarar e discutir as determinantes da autocratização, as suas implicações, bem como as perspectivas futuras da democracia.

Considerando as propostas conceptuais e teóricas de Lührmann (2021), o artigo visa analisar a sequência de autocratização no Brasil na última década. Para este efeito, identifica-se e caracteriza-se um conjunto de problemas/desafios estruturais e contextuais que, no caso brasileiro, revelaram progressivamente a incapacidade de resposta das instituições democráticas, dos atores fundamentais e do próprio regime democrático. À medida que essa incapacidade se tornou mais evidente, cresceram os cidadãos descontentes e emergiu um “terreno fértil” para a autocratização, evolução que configura a primeira fase da sequência de autocratização. Numa segunda fase da sequência, o contexto criado foi aproveitado por atores antipluralistas para ganharem protagonismo social e peso eleitoral, culminando com a eleição de Jair Bolsonaro como presidente do Brasil em 2018. Finalmente, numa terceira fase, a chegada ao poder de forças antipluralistas e antidemocráticas constitui um momento crucial para acelerar e aprofundar a autocratização. Neste contexto, as forças antipluralistas promovem a erosão democrática e a “autocratização” na medida que lhes for possível. A sequência de autocratização proposta por Lührmann (2021) permite caracterizar e analisar de forma panorâmica a crise que a democracia brasileira tem vindo a enfrentar. Isso é importante nesta nova fase da política brasileira com o

regresso de Lula da Silva ao Palácio do Planalto, visto que a eficácia das estratégias de resistência à autocratização e de promoção da resiliência da democracia dependem de um conhecimento e de uma análise prévia tanto da sequência de autocratização em curso, como das características específicas da crise que a democracia brasileira vem enfrentando.

O artigo argumenta, por um lado, que a sequência de autocratização no Brasil não começou com a eleição de Jair Bolsonaro para a presidência do Brasil em 2018, sendo a sua chegada à chefia do Estado e do Poder Executivo mais um sintoma (crucial, é certo!) da fragilização da democracia brasileira verificada pelo menos ao longo da última década. Em consequência, também se argumenta que os riscos de autocratização no Brasil não desapareceram com a vitória de Lula da Silva nas eleições presidenciais de 2022.

A saída de Bolsonaro da presidência tem sido interpretada como um sinal de estagnação da autocratização no Brasil e de resiliência da democracia (evitando seu colapso) (V-DEM INSTITUTE, 2023). Contudo, importa não esquecer que Bolsonaro obteve 49,10% dos votos válidos (mais de 58 milhões de votos) no segundo turno da eleição de 2022. Além disso, vários dos problemas/desafios estruturais e contextuais que afetaram o Brasil entre 2013 e 2018 e que criaram o “terreno fértil” para a autocratização permanecem atualmente relevantes, merecendo ponderação e discussão. Da sua resolução dependem as perspectivas futuras da democracia brasileira.

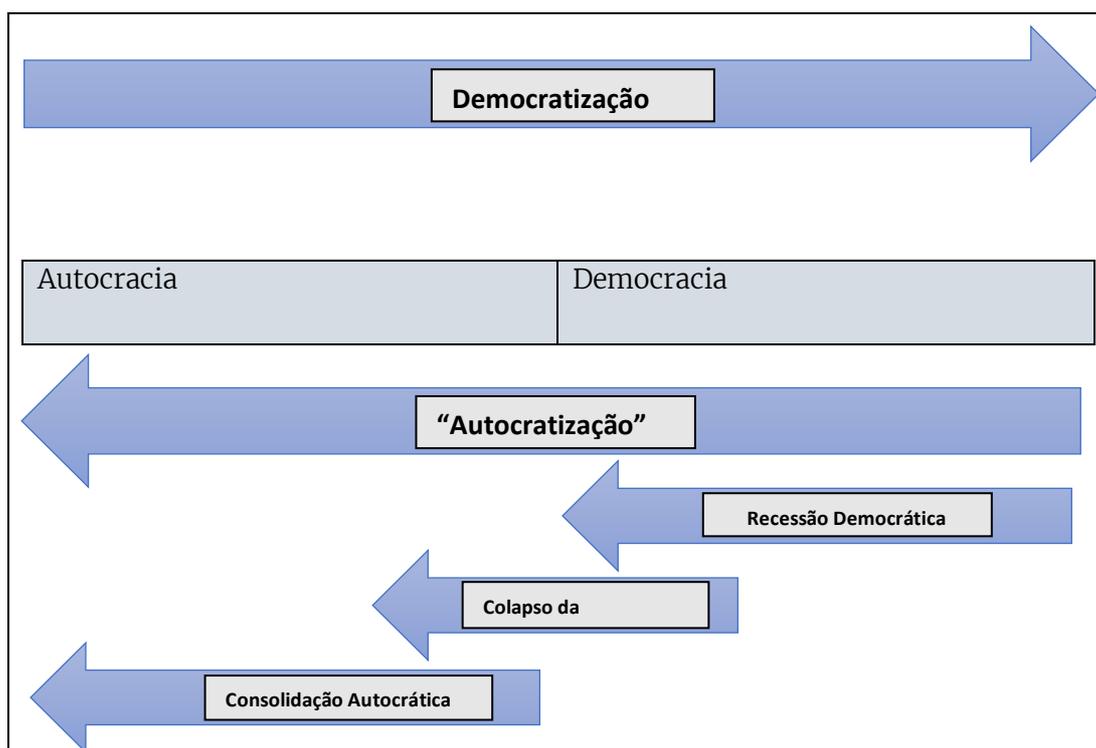
O artigo está organizado em cinco momentos. Em primeiro lugar aborda os aspetos conceptuais e teóricos da autocratização. Num segundo momento, explora a sequência, determinantes e estratégias de autocratização. Na terceira, quarta e quinta secções, o artigo centra-se no caso do Brasil. Primeiramente procura-se caracterizar o país como um “terreno fértil” para a autocratização (aspetos estruturais e contextuais). Na sequência, discute-se o descontentamento popular, a polarização política e a erosão do apoio às instituições democráticas, e, na quinta secção, argumenta-se sobre a mobilização antipluralista e antidemocrática no Brasil, traçando o perfil autoritário de Bolsonaro e, após sua eleição para presidente em 2018, identificando elementos caracterizadores do ataque à democracia desenvolvido durante o seu mandato. Finalmente, apresentam-se as principais conclusões, as implicações e as pistas de investigação futura.

A “TERCEIRA ONDA DE AUTOCRATIZAÇÃO” CHEGOU!

Uma onda de autocratização corresponde ao “[...] período de tempo ao longo do qual o número de países em processo de democratização diminui enquanto a autocratização afeta cada vez mais países” (LÜHRMANN e LINDBERG, 2019, p. 1102). A “terceira onda de autocratização” começou em 1994 e prossegue atualmente, tendo-se registado 75 episódios de autocratização até 2017 (LÜHRMANN e LINDBERG, 2019; V-DEM INSTITUTE, 2023).

Em oposição à democratização, a autocratização caracteriza-se por um “[...] substancial declínio dos requisitos institucionais fundamentais” de uma democracia (LÜHRMANN e LINDBERG, 2019, p. 1096). Cassani e Tomini (2019) propõem a autocratização como um conceito “guarda-chuva”, o qual, independentemente do ponto de partida do regime, permite integrar todos os processos de mudança de regime opostos à democratização e em direção à autocracia (também independentemente do seu ponto de chegada). Considerando que a participação política, a contestação pública e a limitação/controlado da atuação do Executivo são variáveis institucionais que determinam a classificação dos regimes políticos, a autocratização fragiliza essas dimensões, tornando “[...] o exercício do poder mais arbitrário e repressivo” (CASSANI e TOMINI, 2019, p. 30).

Na perspectiva de Lührmann e Lindberg (2019), a autocratização pode afetar tanto as democracias como as autocracias. Assim, o conceito permite ultrapassar algumas limitações de outras propostas conceptuais, como recuo democrático e regressão democrática (*democratic backsliding*). É também mais abrangente que o conceito de colapso/quebra das democracias (*democratic breakdown*), visto que se pode assistir a uma degradação da democracia durante um longo período anterior ao seu colapso. Lührmann e Lindberg (2019) propõem uma visão global da “autocratização” (ver Figura 1) que recorre aos conceitos de recessão democrática (quando ocorre em contexto democrático), de colapso da democracia (momento em que uma democracia se transforma numa autocracia) e de consolidação autocrática (que ocorre já em contexto autocrático).

Figura 1. Democratização e autocratização

Fonte: Lührmann e Lindberg (2019).

Entre 1900 e 1993, os colapsos das democracias constituíram frequentemente eventos repentinos e fáceis de identificar, sendo as estratégias “clássicas” de autocratização que afetam as democracias largamente dominantes (golpe militar, invasão por uma força estrangeira e autogolpes) (LÜHRMANN e LINDBERG, 2019). Já na terceira onda de autocratização (entre 1994 e 2017), a subversão da democracia é mais “informal e clandestina”, tentando passar despercebida (LÜHRMANN e LINDBERG, 2019, p. 1108), tornando-se a erosão democrática a forma dominante de autocratização. De facto, sem excluir a possibilidade de ocorrerem colapsos súbitos em resultado de golpes militares clássicos, as democracias são maioritariamente sujeitas a processos graduais e disfarçados de legalidade democrática que provocam a sua erosão, fragilização e podem mesmo causar o seu colapso. Tipicamente, líderes desleais à democracia chegam ao poder de forma legal, através de eleições democráticas, e vão gradualmente, mas de forma efetiva, minando as normas democráticas e desmantelando o sistema democrático a partir do seu interior (por vezes sem abolir formalmente as instituições e regras democráticas) (BERMEO, 2016; COPPEDGE, 2017; HUQ e GINSBURG, 2017; LÜHRMANN e LINDBERG, 2019; PRZEWORSKI, 2019; TOMINI, 2021; WALDNER e LUST, 2018).

AUTOCRATIZAÇÃO: SEQUÊNCIA, DETERMINANTES E ESTRATÉGIAS

Especificamente sobre os processos de autocratização associados a uma “longa sequência de eventos” que se desenvolvem gradualmente após a chegada ao poder de atores antidemocráticos e antipluralistas através de eleições (a democracia não “morre numa noite”), Lührmann (2021) identifica uma evolução sequencial composta por três fases (modelo ideal). Primeiramente, crescem os cidadãos descontentes com os partidos políticos democráticos e com a própria democracia. Em segundo lugar, o contexto de descontentamento crescente é aproveitado pelos atores antipluralistas para ganharem protagonismo social e peso eleitoral. Em terceiro lugar, as forças antipluralistas promovem a erosão democrática e a “autocratização” na medida que lhes for possível, considerando o seu poder relativo e os constrangimentos que enfrentam.

Na primeira fase da sequência de autocratização, importa considerar que determinados desafios/problemas de natureza contextual e estrutural que se colocam às sociedades contemporâneas aumentam o risco de “autocratização” (ex: crises económicas e financeiras; desigualdades crescentes; fluxos migratórios intensos; aprofundamento de clivagens e da polarização; corrupção; profundas transformações sociais, tecnológicas e culturais). Considerando que a insatisfação com a *performance* dos governos democráticos constitui a mais importante fonte de descontentamento com a democracia, em face desses desafios/problemas, uma inadequada/insuficiente resposta do regime democrático contribui para aumentar o descontentamento popular com os partidos políticos democráticos e com as instituições/processos da democracia (LÜHRMANN, 2021).

Questionando-se sobre o quando e o porquê do colapso das democracias, Linz (1978, p. 3) considerava que tal colapso correspondia ao “[...] culminar de um longo processo” de mudanças incrementais que ocorrem no decorrer de um período mais ou menos longo em que o regime democrático enfrenta uma crise de legitimidade, a qual constitui o contexto em que a autocratização emerge e evoluiu. Considerando que a legitimidade democrática se baseia numa “crença” generalizada de que “[...] nenhum outro tipo de regime político pode garantir maior sucesso na promoção dos objetivos coletivos” (LINZ, 1978, p. 18), momentos de crise económica e social, bem como decisões políticas que afetam negativamente muitos cidadãos, podem contribuir para abalar essa “crença” (LINZ, 1978; LIPSET, 1960). Num contexto de perda de “eficácia” (*ouput*) e de “eficiência” (*outcome*) (LINZ, 1978), a *performance* do regime é penalizada, e ele perde capacidade para lidar com os desafios/problemas

que enfrenta e para alcançar os objetivos pretendidos. Assim, a crise de um regime político resulta da “[...] falta de eficácia ou de eficiência de sucessivos governos” na resposta a problemas que exigem decisões imediatas (LINZ, 1978, p. 50).

Uma crise de legitimidade do regime democrático, impulsionada por desafios/problemas de natureza contextual e estrutural aos quais o regime não consegue responder satisfatoriamente, origina o aumento do descontentamento popular e a diminuição do apoio dos cidadãos às normas/valores democráticos. Em consequência, emerge uma “janela de oportunidade” para o desenvolvimento de uma “mobilização antipluralista”, bem como para a afirmação de atores e partidos políticos antipluralistas (desleais e opositores ao regime democrático) com capacidade para atrair cada vez mais cidadãos insatisfeitos (LÜHRMANN, 2021). Na segunda fase da sequência de autocratização, cresce a atração por líderes e por partidos antipluralistas que se apresentam como a solução para os problemas/desafios que afetam a sociedade, explorando e alimentando o descontentamento popular através de uma retórica populista que tende a mascarar as suas aspirações antidemocráticas (LINZ, 1978; LÜHRMANN, 2021).

Somente o descontentamento generalizado não derruba uma democracia. De facto, os líderes antidemocráticos e as forças antipluralistas necessitam obter relevância eleitoral e peso político que lhes permitam alcançar o poder ou integrar uma coligação governativa (excluindo a conquista do poder fora do quadro eleitoral) (LINZ, 1978; LÜHRMANN, 2021). Para isso, exploram a crescente insatisfação popular com as elites políticas estabelecidas e recorrem ao populismo, que acentua a polarização, aproveitando também a relativa passividade das alternativas democráticas (LEVITSKY e WAY, 2020; LÜHRMANN, 2021; SOMER, MCCOY e LUKE, 2021).

Logo que as forças não pluralistas e antidemocráticas alcançam o poder, aumentam os riscos e as probabilidades de autocratização (LÜHRMANN, 2021). Na terceira fase da sequência de autocratização, as forças antipluralistas promovem a erosão democrática na medida em que lhes for possível. Nesse contexto, governos em exercício atacam os órgãos de comunicação social, procurando controlá-los, assim como a sociedade civil e a academia. Também fomentam a polarização, desrespeitando, minorizando e deslegitimando os seus opositores políticos, bem como difundem informações falsas e recorrem à desinformação. Quando se verificam avanços nesses domínios, tais governos “atacam” as eleições e as instituições democráticas formais (V-DEM INSTITUTE, 2021). No global, a democracia é sujeita a

um processo gradual ao longo de vários anos, em que atores não comprometidos com a democracia vão desafiando os seus processos, as suas regras/normas, bem como as suas instituições, podendo resultar no colapso da democracia.

Mesmo alcançando o poder, as forças antidemocráticas podem enfrentar constrangimentos às suas ambições relacionadas à promoção da erosão democrática. De facto, a autocratização e o colapso da democracia concretizam-se com maior frequência e facilidade quando as instituições se revelam débeis e incapazes de travar os intentos das forças antipluralistas (PRZEWORSKI, 2019). A travagem da autocratização e a resiliência democrática podem afirmar-se através dos parlamentos, do poder judicial, da burocracia estatal, bem como de atores pró-democracia (partidos políticos, grupos da sociedade civil e cidadãos) (BOESE *et al.*, 2021; GAMBOA, 2017, 2022; LAEBENS e LÜHRMANN, 2021; LÜHRMANN, 2021; MERKEL e LÜHRMANN, 2021). Todavia, Linz (1978) adverte que em nenhuma circunstância a sobrevivência de um regime democrático deve depender de uma hipotética prontidão dos seus apoiantes para defenderem e “lutarem” pela democracia nas ruas. Nessas circunstâncias, são sobretudo as forças extremistas a demonstrar preparação, organização, recursos e vontade para “lutar” nas ruas.

BRASIL: UM “TERRENO FÉRTIL” PARA A AUTOCRATIZAÇÃO

Depois de 21 anos de ditadura, o Brasil inicia em 1985 uma transição para a democracia e aprova a Constituição democrática em 1988, integrando a terceira onda de democratização. Em 2016, Avritzer (2016, p. 1-2) afirmava que o Brasil se encontrava “[...] no rol das nações com democracias fortes e consolidadas”, não registando intervenções militares na política desde 1985, verificando também transferências regulares de poder nos termos democráticos com respeito pela independência do Poder Judiciário. Essa visão tem sido parcialmente contestada por outros investigadores (CASTRO e CASTILHO, 2021; GONZÁLEZ, BAQUERO e GROHMANN, 2021). De certa forma, também Avritzer (2016, p. 3) reconhecia que a democracia brasileira se encontrava numa situação de “impasse” e que sinais positivos sobre as práticas democráticas coexistiam com um “incômodo quanto à democracia”.

Ao longo da última década, o Brasil tem sido identificado como um dos casos mais relevantes de democracias em autocratização no mundo (V-DEM INSTITUTE, 2023). Mesmo permanecendo uma democracia (classificada como eleitoral), o V-Dem (2023) assinala em 2023 que esse é o quarto relatório consecutivo em que o Brasil se

posiciona entre o top 10 mundial dos países em autocratização. Os sinais de crise da democracia brasileira na última década têm sido referidos por outros índices internacionais e pesquisas comparativas (REPUCCI e SLIPOWITZ, 2022; HELLMIEIER *et al.*, 2021; INTERNATIONAL IDEA, 2022).

Considerando a evolução sequencial da autocratização (LÜHRMANN, 2021), o Brasil enfrentou, entre 2014 e 2018, crises sucessivas que aprofundaram a insatisfação dos cidadãos brasileiros com a democracia e com as instituições democráticas. Num ambiente marcado por crise econômica, crescimento da pobreza e do desemprego, escândalos de corrupção, crises políticas, bloqueios do processo decisório, disfuncionalidade das instituições políticas, incapazes de responder aos problemas/desafios, polarização política em níveis tóxicos, reuniram-se as condições para uma mobilização antipluralista que culminou com a eleição de Jair Bolsonaro em 2018 como presidente. É esse “terreno fértil” para a autocratização que procuraremos caracterizar e analisar.

Na Ciência Política, a investigação sobre o impacto das crises econômicas na estabilidade política e mudança de regime é vasta. Lipset (1960) argumenta que a estabilidade de uma democracia depende também da sua eficácia, a qual, no mundo moderno, é avaliada principalmente pela promoção do crescimento econômico, evitando recessões. Assim, as crises econômicas assumem-se como uma das mais importantes ameaças à estabilidade democrática (DIAMOND e LINZ, 1989). Estatisticamente, entre 1950 e 1990, os eventos de colapso da democracia estiveram frequentemente associados a situações de crise econômica (PRZEWORSKI *et al.*, 2000). Para Diamond (2011, p. 17), a ideia de que as recessões econômicas significam tempos difíceis para a democracia constitui um “[...] princípio cardeal da teoria empírica da democracia” (especialmente em democracias recentes e frágeis). Para Svobik (2008, 2015), o nível de desenvolvimento econômico (fator estrutural) determina a probabilidade de uma democracia colapsar. Ainda assim, o eventual momento do colapso está “exclusivamente associado com as recessões econômicas” (SVOLIK, 2008, p. 160).

Depois de ter atingido um crescimento anual do PIB de 7,5% em 2010, verificou-se desaceleração do crescimento econômico no Brasil. Em 2014, o crescimento do PIB foi residual (0,5%). Os anos de 2015 (recessão de -3,5% do PIB) e de 2016 (recessão de -3,3%) representaram a pior recessão econômica da história do Brasil. Em 2017 e 2018, o crescimento do PIB foi novamente residual, e a década entre 2011 e 2020 foi a pior

em termos económicos desde início do século XX. Historicamente, o país registra uma elevada desigualdade na distribuição da renda (entre 2015 e 2018 o índice de Gini aumentou), e, entre 2014 e 2018, cresceram a pobreza e o desemprego (BALASSIANO, 2020; HUNTER e POWER, 2019; WORLD BANK, ©2023).

Num contexto marcado por crise económica e social, o Brasil enfrentou uma intensa crise política relacionada com a corrupção entre 2014 e 2018. De facto, a Operação Lava Jato, iniciada em 2014, afetou os pilares da democracia brasileira, questionando os moldes do funcionamento do regime desde a redemocratização. A Transparência Internacional (2019) considera que a Operação Lava Jato, associada a crimes de lavagem de dinheiro, fraude, financiamento ilícito de campanhas eleitorais e de partidos políticos, entre outras ilegalidades, expôs um dos maiores “esquemas de corrupção da história”, envolvendo biliões de dólares, políticos, grandes empresas e homens de negócios. A posição do Brasil no Índice de Perceção da Corrupção degradou-se significativamente entre 2014 e 2018. O período 2012-2022 representa uma década perdida no combate à corrupção, tendo o Brasil ficado abaixo da média verificada nos países da OCDE, dos países do G20, da média regional para a América Latina e Caribe e da média dos Brics (TRANSPARÊNCIA INTERNACIONAL, 2022).

Após 1985, os escândalos de corrupção foram frequentes no Brasil (AVRITZER, 2016). Contudo, a Operação Lava Jato afetou negativamente não apenas o Partido dos Trabalhadores, minando seu governo liderado por Dilma Rousseff (destituída da presidência em 2016), mas também a globalidade do sistema político democrático, crescentemente associado à ideia de corrupção generalizada e à ineficácia do Estado (AVRITZER, 2016; SAAD-FILHO e BOFFO, 2021). A Lava Jato resultou na condenação judicial em 2017 (reconfirmada e agravada em 2019 e anulada posteriormente) de Lula da Silva, líder histórico do PT e presidente entre 2003 e 2011, a uma pena de prisão efetiva que o retirou da disputa eleitoral de 2018.

No global, os escândalos de corrupção tiveram um forte impacto na opinião pública brasileira e foram muito nefastos para o regime, afetando negativamente a confiança dos cidadãos nos decisores políticos, nas instituições democráticas e na própria democracia (AVRITZER, 2016). A situação criada revelou-se particularmente problemática, visto que, entre as soluções para lidar com a corrupção, emerge por vezes uma ideia próxima do autoritarismo, de que somente um líder forte pode conter o problema, moralizando e “limpando” o sistema (SAAD-FILHO e BOFFO, 2021). Num contexto marcado por crise económica e social e também pela corrupção, veio a juntar-se uma crise política que expôs os limites do presidencialismo de coalizção,

renovando um debate que se põe desde a redemocratização sobre as suas disfuncionalidades e problemas (ABRANCHES, 1988, 2018; CHEIBUB e LIMONGI, 2002; LIMONGI e FIGUEIREDO, 2017).

Um extenso debate prossegue na Ciência Política sobre a relação do presidencialismo com a estabilidade democrática. Recorrendo à ideia de *Perigos do presidencialismo*, Linz (1990) argumentou que o parlamentarismo dá maiores garantias de sobrevivência da democracia e de estabilidade democrática do que o presidencialismo, especialmente em países com profundas clivagens e elevada fragmentação partidária. Como os Poderes Executivo e Legislativo têm ambos legitimidade eleitoral e mandatos independentes, os conflitos entre esses dois poderes no presidencialismo conduzem a impasses políticos difíceis de solucionar. Sem a possibilidade de remover presidentes através de um “voto de desconfiança”, ou sequer de convocar novas eleições para uma nova legislatura, o presidencialismo propicia a adoção de soluções “extra-constitucionais” que “rompem” com as regras democráticas em situações de impasses e crises políticas, fragilizando a democracia que pode mesmo colapsar (LINZ, 1990). Assim, nessas circunstâncias, não é acidental que as forças armadas se sintam tentadas a intervir como “poder mediador” (LINZ, 1990). Além disso, como o presidencialismo concede mais oportunidades a um político *outsider* para escapar à intermediação dos partidos tradicionais, um presidente que resulta de eleições diretas é mais independente dos partidos políticos, propiciando uma governação populista que extravasa os limites do seu mandato e que coloca a democracia em risco, especialmente em sociedades muito polarizadas (LINZ, 1990). Os argumentos de Linz foram suportados por Stepan e Skach (1993), mas parcialmente contestados por Shugart e Carey (1992), Mainwaring (1993) e Cheibub (2007).

No que respeita às opções tomadas na redemocratização, Abranches (1988, p. 19) constatava em 1988 que “[...] a grande maioria dos regimes liberais-democráticos do após-guerra é parlamentarista”, sendo que “[...] não existe, nas liberais-democracias mais estáveis, um só exemplo de associação entre representação proporcional, multipartidarismo e presidencialismo”. A formação de governos com base em “grandes coalizões” era também uma característica única do caso brasileiro (ABRANCHES, 1988). Mesmo demonstrando cautela quanto à manutenção da “estabilidade democrática”, Abranches (1988) asseverava que o desenho institucional adotado podia provocar “instabilidade política”, “fracionamento

partidário”, “fragmentação governamental”, “insuficiência e inadequação” na “resolução de conflitos” e desequilíbrio constitucional.

No início da década de 2000, Cheibub e Limongi (2002) argumentavam que o desenho institucional e o funcionamento da democracia brasileira superou todas as expectativas. Anos mais tarde, Limongi e Figueiredo (2017) reconheciam a coexistência de coalizões e corrupção, sem que isso signifique que as coalizões sejam a causa da corrupção. Abranches (2018) regressou recentemente ao tema, argumentando que se concretizaram alguns problemas que tinha identificado em 1988 quanto às escolhas institucionais assumidas pelo Brasil no processo de redemocratização (presidencialismo de coalizão).

Sobre essa matéria, Avritzer (2016) realça que, mesmo considerando que os presidentes Fernando Henrique, Lula e Dilma conseguiram aprovar no Congresso as suas principais propostas políticas, o presidencialismo de coalizão mostrou importantes limitações, gerando problemas e instabilidade. Repare-se que a elevada fragmentação partidária (uma das maiores do mundo) colocou custos crescentes ao processo democrático brasileiro, obrigando-o a negociações morosas e complexas para a formação/viabilização do governo e para a tomada de decisão. Aliás, a profusão de ministros e de ministérios para garantir apoio à ação governativa no Congresso, visível nas presidências de Lula e de Dilma, evidenciou que a estabilidade do Executivo dependia da “[...] nomeação de políticos para ministérios e cargos de segundo escalão” (AVRITZER, 2016, p. 6). Assim, aumentou a propensão para a corrupção associada à distribuição desses cargos, impuseram-se ao processo democrático dinâmicas algo caóticas e conflituais, contribuindo para uma “forte desorganização” do Poder Executivo (AVRITZER, 2016, p. 6). Progressivamente, como reconhecem Limongi e Figueiredo (2017, p. 95), generalizou-se a ideia de que a corrupção corresponde ao “preço a pagar pelo presidente” para conseguir apoio no Congresso no contexto da coalizão, afetando negativamente a percepção que os cidadãos têm das instituições democráticas e a confiança que nelas depositam.

Em síntese, o definhamento económico, os escândalos de corrupção, a crise política e as disfuncionalidades e limitações do presidencialismo de coalizão parecem ter contribuído para o surgimento de um “terreno fértil” para a autocratização no Brasil. Neste contexto, a partir de 2013 e 2014, os brasileiros saíram em massa para as ruas em movimentos de protesto, demonstrando descontentamento e desconfiança crescentes com a democracia e suas instituições fundamentais, enquanto se acentuava a polarização política no país.

DESCONTENTAMENTO POPULAR, POLARIZAÇÃO POLÍTICA E EROSÃO DO APOIO ÀS INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS

Em junho de 2013, uma onda de protestos tomou o Brasil e milhões de pessoas saíram às ruas. As manifestações foram inicialmente lideradas por movimentos sociais de esquerda, contra o aumento das tarifas de transporte público (AVRITZER, 2016; SECCO, 2013; VIANA, 2013). Contudo, especialmente a partir da sua massificação pela mídia tradicional, os protestos foram crescentemente marcados pela insatisfação da direita com o governo (AVRITZER, 2016, 2017), sendo as manifestações impulsionadas pela desconfiança nas instituições políticas e pela reprovação da classe política como um todo (SOUZA, 2016).

Com a expansão das demandas, evidenciou-se um sentimento crescente de recusa da política institucional (VICINO e FAHLBERG, 2017) como reflexo da falta de legitimidade das instituições perante os cidadãos (MENDONÇA, 2018). Em junho de 2013, no contexto dos protestos de rua, a esmagadora maioria dos brasileiros questionados diziam não se sentir representados por nenhum um partido político (89%) ou político brasileiro (83%) (VEJA PESQUISA..., 2013). Assim, o movimento passou de apartidário para antipartidário (SECCO, 2013), sentimento que, somado à pauta anti-corrupção, foi cooptado pela mídia e ressignificado como anti-PT e mesmo anti-política, reforçando o descrédito das instituições políticas (BAIOCCHI e TEIXEIRA, 2017; BAQUERO, RANINCHESKI e CASTRO, 2018).

Os elevados índices de desconfiança dos brasileiros em relação ao governo, instituições e elite política não são inéditos no país. A descrença nas instituições é ocasionada tanto pela coexistência de forças oligárquicas com os regimes democráticos (BAQUERO, 2004) quanto pela incapacidade das instituições e estruturas formais da democracia em resolver a desigualdade e a exclusão social (BAQUERO, 2008; LÜCHMANN, 2007), bem como assegurar direitos de representação e de participação (MOISÉS, 2008). O desempenho democrático do país acaba por ser afetado por três fatores centrais: fraco desempenho econômico, corrupção e uso instrumental de instituições políticas (BAQUERO e LINHARES, 2011; BAQUERO, RANINCHESKI e CASTRO, 2018).

As eleições de 2014 trouxeram novos contornos à disputa eleitoral, tendo a corrupção um papel central no debate fortemente polarização entre as duas principais candidaturas (PT e PSDB) (AVRITZER, 2016, 2017). O resultado foi um processo eleitoral mais radicalizado e despolidizado, com ataques entre os dois principais

candidatos (BAQUERO, RANINCHESKI e CASTRO, 2018). Além disso, pela primeira vez desde a redemocratização, um candidato questionou o resultado eleitoral. Aécio Neves (PSDB) solicitou uma auditoria ao Tribunal Superior Eleitoral (STARLING, 2019), verificando-se também manifestações de rua contra um presidente reeleito baseadas numa tese de fraude eleitoral carente de evidências e promovida por apoiantes da candidatura derrotada (NOBRE, 2022).

Entre 2015 e 2016, as ruas foram ocupadas por novas ondas de protestos de grupos opostos em relação à possibilidade de *impeachment* de Dilma Rousseff. Entre os que demandavam o *impeachment*, a maioria estava posicionada entre a direita e a centro-direita, 96% apresentavam desconfiança na presidente e no PT, 96% declaravam insatisfação com o sistema político, 73% desconfiava dos partidos e 70% dos políticos. Ademais, uma parcela dos participantes apoiava soluções antipolíticas para a crise: 56% acreditava na necessidade de surgir alguém fora do jogo político e 28% apoiava a entrega do poder a militares honestos (GALLEGO, 2019; ORTELLADO, SOLANO e NADER, 2015a, 2015b).

Nesse contexto, importa considerar a polarização política, que reflete a intensidade dos conflitos políticos. Para além da “distância ideológica entre partidos políticos e candidatos”, McCoy, Rahman e Somer (2018, p. 16) propõem um conceito de polarização política mais amplo, correspondendo a um processo em que as normais e múltiplas diferenças existentes na sociedade se alinham cada vez mais “[...] ao longo de uma única dimensão em que as pessoas entendem e descrevem a política e a sociedade em termos de Nós versus Eles” (polarização afetiva).

Uma elevada polarização política está associada a conflitos políticos intensos, em que os cidadãos e os líderes/elites políticas estão divididos em domínios políticos centrais (políticas públicas, orientações ideológicas, ligações partidárias). Tais divisões então também associadas a dimensões culturais e sociais (MCCARTY, 2019). Num ambiente não polarizado, o “outro” representa um adversário político com o qual se interage politicamente de forma pacífica. Já numa situação de extrema polarização política, o “outro” transforma-se em inimigo que importa derrotar, cada campo questiona a legitimidade moral do outro grupo, encarando o campo oposto e as políticas que propõe como uma ameaça existencial ao seu modo de vida e à comunidade política como um todo. Assim, uma severa polarização política gera antipatia, desconfiança e hostilidade generalizada entre os dois campos opostos (partidos políticos, candidatos políticos, grupos e indivíduos), que se olham mutuamente como incompatíveis para viver em conjunto. Nesse contexto, a convivência e a coexistência pacífica em nível

político e social é percebida como impossível de se alcançar (MCCOY, RAHMAN e SOMER, 2018).

A relação entre a polarização política e a democracia tem recolhido um crescente interesse. Considerando que a democracia procura lidar com os interesses divergentes existentes na sociedade de forma pacífica, concedendo às diferentes opiniões amplas oportunidades para influenciar as decisões, uma severa polarização política pode ter consequências negativas e perniciosas na governabilidade, coesão social e na democracia, visto que as diferenças existentes na sociedade agrupam-se em dois campos distintos de interesses, de identidades e de opiniões que se opõem e se excluem mutuamente. Em consequência, a negociação, o compromisso, o consenso, a interação e a tolerância tornam-se progressivamente mais difíceis e improváveis entre os indivíduos e os atores políticos que pertencem a diferentes campos/grupos, gerando bloqueios políticos, paralisação política e instabilidade. Nesse contexto, diminuindo a capacidade para processar pacificamente os conflitos (PRZEWORSKI, 2022), a democracia fica vulnerável, os eleitores perdem confiança nas instituições, e o apoio à democracia pode declinar, algo que tem vindo a acontecer na terceira onda de autocratização (MCCOY, RAHMAN e SOMER, 2018).

No caso do Brasil, a última década foi marcada por um forte crescimento da polarização política, que atingiu níveis tóxicos. Os dados do V-Dem Institute (©2023) são ilustrativos dessa tendência, verificando-se um crescimento da polarização da sociedade entre 2012 e 2018 que assinala fortes divisões na sociedade em temas políticos fundamentais. De facto, os sentimentos anti-partidos e anti-sistema, que acabaram por se manifestar através do anti-petismo, foram fortemente polarizadores no Brasil a partir de 2014, desafiando as bases do funcionamento do regime democrático brasileiro e afetando tanto as massas como as elites políticas (como foi visível no processo de *impeachment* de Dilma e chegada de Temer à presidência) (HUNTER e POWER, 2019). No nível da elite política, também se verificou um crescimento do discurso de ódio na retórica dos partidos políticos a partir de 2014, bem como um menor respeito pelos contra-argumentos. Finalmente, verificou-se, a partir de 2014, um crescimento da atividade de movimentos anti-sistémicos que se opõem ao regime político.

Seguido à onda de protestos, o *impeachment* de Dilma Rousseff ocorreu em agosto de 2016 devido à frágil acusação de pedalada fiscal (AVRITZER, 2018), configurando para os setores da esquerda brasileira um golpe jurídico-parlamentar que levou à

presidência o vice-presidente Temer (TATAGIBA e GALVÃO, 2019). É ainda de realçar que o processo de *impeachment* foi liderado por políticos com notória associação a esquemas de corrupção (LIMONGI e FIGUEIREDO, 2017). De facto, a corrupção aparece como tema central no desprezo pelo sistema político, com a Lava Jato atrelada à percepção da classe política como corrupta (GALLEGO, 2019).

Considerando os dados do LAPOP, enquanto 66,1% dos brasileiros inquiridos em 2012 se manifestava satisfeito ou muito satisfeito com a democracia, esse valor baixou para 41,43% em 2014 e para 22,3% em 2017. Já os inquiridos que se manifestaram insatisfeitos ou muito insatisfeitos com a democracia representavam 33,9% em 2012, passando para 58,57% em 2014 e para 77,6% em 2017 (COSTA, 2019). Considerando os dados do *World Values Survey*, o apoio difuso à democracia permanecia robusto no Brasil, visto que 85,6% dos inquiridos em 2014 e 87,8% em 2018 afirmavam que é ótimo ou bom ter um sistema político democrático (GONZÁLEZ, BAQUERO e GROHMANN, 2021). Contudo, esse apoio difuso coexiste com fortes manifestações claramente incompatíveis com a democracia e também com uma relevante desconfiança face às instituições políticas que concretizam a democracia na prática. Tal situação tem levado alguns investigadores a concluir que é predominante na cultura política brasileira uma desvalorização da essência da democracia, persistindo uma opinião predominante entre os brasileiros que revela “pouco apreço pela democracia” (CASTRO e CASTILHO, 2021, p. 69).

Prosseguindo com os dados do *World Values Survey*, em 2014, 68,9% dos inquiridos consideravam que ter um líder forte que não precise se preocupar com deputados e senadores e com eleições era uma forma ótima ou boa de governar o país, valor que em 2018 se situava em 65,5%. Ter técnicos especializados, ao invés de políticos, que tomem decisões que considerem serem as melhores para o país recolhia a aprovação (ótimo ou bom) de 82,7% dos inquiridos em 2014 e de 91% em 2018. Quanto a ter um governo militar, 35% aprovavam (ótimo ou bom) a ideia em 2014, valor que subiu para 44,4% em 2018. Relativamente às instituições, enquanto 41,6% dos inquiridos confiavam totalmente ou em parte no governo em 2014, esse valor desceu para 23% em 2018. Nos partidos políticos, somente 13,8% confiavam totalmente ou em parte em 2018 (contra 16,4% em 2014), e no Congresso apenas 12,8% confiavam totalmente ou em parte em 2018 (contra 16,4% em 2014) (GONZÁLEZ, BAQUERO e GROHMANN, 2021). De facto, em 2018, a desconfiança nos partidos políticos (67,9% não confiavam), no Congresso Nacional (62,7% não confiavam) e no governo federal (54,9% não confiavam) era generalizada e muito significativa no Brasil em termos

comparados. Repare-se ainda, que, em 2018, 51,7% dos inquiridos não confiavam nas eleições, e 21,6% confiavam pouco (CASTRO e CASTILHO, 2021). Finalmente, em 2017 e 2018, o governo brasileiro registava as mais baixas taxas de aprovação entre os países da América Latina (HUNTER e POWER, 2019). Considerando os dados, o ceticismo crescente com a democracia no Brasil era evidente e atingia proporções alarmantes.

A insatisfação com a *performance* da democracia é uma das causas centrais de desengajamento cívico e de erosão da participação convencional dos cidadãos (NORRIS, 2011). Contudo, enquanto as altas menções da economia e do desemprego demonstram insatisfação com a *performance* e os *outputs* do sistema político, a corrupção e a má avaliação dos políticos apontam para uma percepção de mau funcionamento e degradação do sistema (DELLA PORTA, 2018; NOGUEIRA, 2014). Se o sistema político democrático é incapaz de cumprir com um mínimo de demandas, seus membros irão desenvolver sentimentos de profunda insatisfação (EASTON, 1979), refletidos na queda do orgulho pelo sistema político e também no recuo do apoio ao regime democrático e suas instituições (BAQUERO e LINHARES, 2011). Recuperando o modelo de Lührmann (2021), o crescimento dos cidadãos descontentes com os partidos políticos democráticos, com as instituições democráticas e com a própria democracia é aproveitado por atores antipluralistas para ganharem protagonismo social e peso eleitoral.

No Brasil, a ascensão de Jair Bolsonaro e a sua eleição como presidente em 2018 reflete precisamente essa dinâmica, aproveitando também um contexto marcado por uma cultura política predominante no Brasil qualificada por alguns investigadores como “conservadora” e “autoritária”, com raízes “profundas” e “antigas” e claramente carente de valores democráticos (GONZÁLEZ, BAQUERO e GROHMANN, 2021, p. 11), persistindo uma “[...] avaliação positiva do passado autoritário” e uma “nostalgia da ditadura” (GONZÁLEZ, BAQUERO e GROHMANN, 2021, p. 35).

A MOBILIZAÇÃO ANTIPLURALISTA E ANTIDEMOCRÁTICA NO BRASIL

Em 2016, Jair Bolsonaro dá os primeiros sinais de que se apresentará como candidato presidencial em 2018. Após sucessivas mudanças de partido político, a candidatura desse capitão na reserva do exército e deputado federal foi confirmada em julho de 2018 pelo Partido Social Liberal. Inicialmente, as perspectivas de sucesso eram baixas. Contudo, Bolsonaro conseguiu vencer as eleições, sendo capaz de capitalizar o

descontentamento generalizado potenciado por importantes desafios/problemas estruturais e contextuais não resolvidos. A eleição constituiu um importante sintoma da fragilização da democracia brasileira em curso pelo menos desde 2014.

No contexto eleitoral, a extrema-direita estabeleceu uma nova forma de fazer política, a partir da comunicação por meio das redes sociais. Até ao primeiro turno eleitoral de 2018, a comunicação de Bolsonaro teve como estratégia alcançar diferentes perfis de potenciais eleitores através da segmentação das informações (KALIL, 2018). Com um acesso mínimo ao horário eleitoral gratuito, a sua campanha baseou-se no uso de redes sociais, especialmente o WhatsApp (GALLEGO, 2019). As eleições de 2018 foram marcadas pela “[...] emergência do fenômeno das *fake news* como ferramenta de marketing político e desinformação” (RUEDIGER, 2019, p. 21), especialmente associada ao WhatsApp (ITUASSU *et al.*, 2019). Durante as campanhas, os temas em alta no Twitter foram a corrupção, a segurança pública (tema forte do candidato de Bolsonaro) e a economia. Na semana anterior ao turno eleitoral, as *fake news* mais populares diziam respeito à fraude eleitoral e ao que ficou conhecido como “kit gay” (DEBATE..., 2018).

O perfil antidemocrático e antipluralista de Bolsonaro foi evidente ao longo do seu mandato, características que já eram detetáveis antes das eleições. Baseados no trabalho de Linz (1978), Levitsky e Ziblatt (2018) identificaram quatro “sinais de alerta” que permitem identificar políticos autoritários com tendências antidemocráticas, são eles: 1) a rejeição, em palavras ou ações, das regras democráticas do jogo; 2) a negação da legitimidade dos oponentes e rivais políticos; 3) a tolerância e encorajamento da violência; 4) mostrar-se disponível e com vontade para restringir as liberdades civis de oponentes, inclusive a mídia. Também Lührmann, Medzihorsky e Lindberg (2021) avançaram com indicadores que permitem identificar atores políticos antipluralistas, entre os quais: baixo compromisso com os processos democráticos; demonização dos seus oponentes políticos; encorajamento do recurso à violência política; desrespeito pelos direitos e garantias das minorias.

Considerando que as preferências normativas antidemocráticas dos incumbentes são relevantes nos processos de erosão democrática (LAEBENS e LÜHRMANN, 2021), não deve constituir surpresa o ataque à democracia liderado por Jair Bolsonaro a partir da cúpula do Estado após a sua eleição. Como referem Hunter e Power (2019, p. 74), as “inclinações iliberais” de Bolsonaro “[...] estiveram escondidas à vista de todos ao longo de trinta anos”. De facto, durante a sua carreira pública anterior à sua eleição

como presidente, Bolsonaro rejeitou as regras democráticas de forma aberta e ofensiva: elogiou a ditadura militar (1964-1985), negou que tenha ocorrido um golpe em 1964, contestou a legitimidade democrática após 1985, declarou-se favorável à ditadura e ao encerramento do Congresso, atacou a integridade eleitoral, considerando o sistema eleitoral manipulado e fraudulento, e nomeou como candidato a vice-presidente um militar favorável a um golpe militar. Bolsonaro também negou sistematicamente a legitimidade dos oponentes e rivais políticos (tratados como inimigos e como uma ameaça existencial), insultando-os e acusando-os de serem corruptos e traidores do país, devendo ser presos e mesmo mortos. Por outro lado, Bolsonaro manifestou-se tolerante e encorajou o recurso à violência e à tortura pelo aparelho de segurança contra minorias, políticos, ativistas e cidadãos, demonstrando um claro desrespeito pelas liberdades civis e incentivando tratamentos extrajudiciais para lidar com opositores políticos e com a criminalidade em geral (DALY, 2020; HAGGARD e KAUFMAN, 2021; HUNTER e POWER, 2019; LEVITSKY, 2018; LÜHRMANN, MEDZIHORSKY e LINDBERG, 2021; PAGLIARINI, 2021).

Sem ter assumido protagonismo no combate à corrupção ao longo do seu percurso político anterior (deputado federal entre 1991 e 2019), Bolsonaro “sequestra” o discurso anticorrupção e apresenta-se ao eleitorado como um “outsider” do sistema político, que personifica a lei e a ordem, disponível para regenerar e salvar o país da ruína e da criminalidade violenta. Recorrendo a uma retórica antissistêmica e populista, demonizou os seus opositores políticos mediante uma estratégia polarizadora e liderou o sentimento antipetista. Globalmente, capitalizou o potencial eleitoral criado pela crise económica e política, bem como pelo descontentamento generalizado, ganhando protagonismo social e peso eleitoral. O esfaqueamento de que foi alvo durante a campanha colocou-o no centro da atenção mediática (HUNTER e POWER, 2019).

A eleição de Jair Bolsonaro, assente numa utilização massiva das redes sociais e na desinformação, representou também uma rejeição das elites políticas tradicionais e uma recusa do modo vigente de fazer política (GALLEGO, 2019; MOISÉS e WEFFORT, 2020). O antipetismo e a forte rejeição e hostilidade ao PT fragilizaram o seu candidato, Fernando Haddad, verificando-se uma mobilização dos setores mais conservadores e religiosos da sociedade brasileira e também de uma extrema-direita saudosista da ditadura militar. Adicionalmente, as promessas dirigidas à classe média e aos setores empresariais contribuíram para a vitória eleitoral de Jair Bolsonaro em

2018, somente não recolhendo mais votos que o seu opositor entre os setores mais pobres e desfavorecidos do Brasil (HUNTER e POWER, 2019; PAGLIARINI, 2021).

Mantendo uma retórica pública de cariz marcadamente iliberal e autoritário (MAERZ e SCHNEIDER, 2021), a presidência de Jair Bolsonaro, atravessando a crise pandêmica, foi marcada por um aprofundamento da crise da democracia brasileira e avanço da autocratização no país, impulsionada por uma ação governativa que, a partir da cúpula do Estado, recorreu de forma generalizada à desinformação, aprofundou a polarização para níveis tóxicos, hostilizou jornalistas e órgãos de comunicação independentes, promoveu ataques às instituições políticas e eleitorais centrais da democracia brasileira (particularmente o Supremo Tribunal Federal e o Tribunal Superior Eleitoral) com referências à possibilidade de um golpe, bem como reforçou a presença dos militares na vida política.

CONCLUSÕES

A crise da democracia brasileira não começou em 2018 com a eleição de Jair Bolsonaro como presidente do Brasil e não terminou com a sua derrota eleitoral em 2022, quando procurava a reeleição no cargo. De facto, a eleição de Bolsonaro em 2018 representa mais um sintoma de uma crise mais profunda que a democracia brasileira atravessa pelo menos desde há uma década.

Entre 2014 e 2018, a democracia brasileira enfrentou um conjunto de problemas/desafios estruturais e contextuais aos quais o regime não conseguiu responder. Em consequência, generalizou-se o descontentamento popular, diminuiu apoio às instituições democráticas e à própria democracia, verificando-se uma mobilização antipluralista (ator/agência) que obteve sucesso com a eleição de Bolsonaro em 2018. A sua presidência foi marcada por um aprofundamento da crise da democracia brasileira e pelo avanço da autocratização. Já a eleição de Lula da Silva como presidente em 2022 tem sido interpretada com uma travagem do processo de autocratização no Brasil (V-DEM INSTITUTE, 2023). A ser assim, o caso brasileiro pode perfeitamente configurar um proeminente caso de estudo sobre a resiliência das democracias em crise e acerca das estratégias de resistência à autocratização, sendo esta uma das linhas de pesquisa futuras a desenvolver (BOESE *et al.*, 2021; GAMBOA, 2017, 2022).

Contudo, a análise desenvolvida impõe algumas cautelas quanto às perspectivas futuras da democracia brasileira. Repare-se que o período entre a eleição de Lula da

Silva (30 de outubro de 2022) e a sua tomada de posse formal (1 de janeiro de 2023) foi marcado por importantes manifestações populares em vários pontos do país, particularmente junto aos edifícios das Forças Armadas brasileiras. Tal movimento de contestação exigia a intervenção dos militares para impedir a tomada de posse de Lula, sob o argumento de fraude eleitoral (negada pelas instituições brasileiras responsáveis pelo processo eleitoral).

Em Brasília, a 8 de janeiro de 2023 e já após a tomada de posse de Lula, uma multidão de pessoas invadiu os edifícios dos três poderes constitucionais, pilares da democracia brasileira, configurando um ataque aberto e violento às instituições democráticas. O evento não deve ser considerado totalmente inesperado e imprevisível, assumindo-se como mais uma manifestação da crise que a democracia brasileira tem vindo a atravessar ao longo da última década. De facto, mesmo perdendo a eleição, Bolsonaro obteve 49,10% dos votos válidos no segundo turno (mais de 58 milhões de votos), prosseguindo na Ciência Política um debate sobre as razões que levam, por vezes, os cidadãos a tolerar, a aceitar e mesmo a apoiar, em contexto democrático, atores políticos com perfil autoritário que assumem ações e comportamentos de cariz claramente antidemocrático (LUO e PRZEWORSKI, 2021; SVOLIK, 2019). Também nesse aspeto, o caso brasileiro pode constituir um laboratório relevante de pesquisas futuras. Além disso, apesar de a maioria (76%) da população brasileira rechaçar o comportamento de bolsonaristas nos atos de 8 de janeiro, 38% ainda acreditava que havia algum tipo de justificativa para o ocorrido, enquanto 40% não reconhecia que Lula havia recebido mais votos que Bolsonaro nas eleições (UNIFYING BRAZIL..., 2023).

A perspetiva da sequência de autocratização proposta por Lührmann (2021) e utilizada neste artigo permite observar e analisar de forma panorâmica a crise que a democracia brasileira tem vindo a enfrentar. Efetivamente, os problemas e desafios estruturais/contextuais que o Brasil enfrentou na última década, os quais propiciaram a mobilização antipluralista e a vitória de Bolsonaro em 2018, permanecem relevantes atualmente, deixando o país exposto a significativos riscos de autocratização.

Nessa nova fase política, marcada pelo regresso de Lula à presidência, as perspetivas futuras da democracia brasileira dependem do maior ou do menor sucesso com que as autoridades democráticas brasileiras conseguirem lidar com os referidos problemas/desafios estruturais e contextuais que persistem, entre os quais se

encontram a corrupção, a pobre *performance* económica, a elevada desigualdade económica, as bolsas de pobreza relevantes, uma cultura política autoritária/antidemocrática significativa, a elevada polarização política situada em níveis tóxicos, o fenómeno da desinformação, bem como as disfuncionalidades do presidencialismo de coalizão. Se é certo que alguns desses problemas estruturais e contextuais não são de resolução fácil e muito menos rápida, algumas pesquisas têm vindo a salientar que as perspetivas futuras de uma democracia em autocratização aumentam num contexto em que os atores pró-democráticos implementam no curto e no médio prazos estratégias de redução da polarização política e de combate à desinformação (V-DEM INSTITUTE, 2023). Pode ser esse um bom ponto de partida para a recuperação da democracia brasileira.

SOBRE OS AUTORES

Pedro Moreira da Fonseca: Doutor em Ciência Política e é professor associado com agregação do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa (ISCSP-ULisboa). Atualmente é coordenador da Unidade de Ciência Política do ISCSP-ULisboa. É também vice-presidente e investigador integrado do Centro de Administração e Políticas Públicas do ISCSP-ULisboa e vice-presidente da Associação Portuguesa de Ciência Política (biénio 2023-2025).

Andressa Liegi Vieira Costa: Doutoranda em Ciência Política no Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (ISCSP/ULisboa) e professora convidada da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESPSP). Bolsista de investigação da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT) de Portugal (ref. UI/BD/152096/2021). Atua como investigadora colaboradora do Centro de Administração e Políticas Públicas (CAPP/ISCSP).

REFERÊNCIAS

1. ABRANCHES, Sérgio. *Presidencialismo de coalizão: raízes e evolução do modelo político brasileiro*. São Paulo: Companhia das letras, 2018.
2. ABRANCHES, Sérgio. Presidencialismo de coalizão: o dilema institucional brasileiro. *Revista de Ciências Sociais*, v. 31, n. 1, p. 5-34, 1988.
3. AVRITZER, Leonardo. O Pêndulo da democracia no Brasil: uma análise da crise 2013-2018. *Novos estudos CEBRAP*, v. 37, n. 2, p. 273-289, 2018. DOI: <https://doi.org/10.25091/S01013300201800020006>
4. AVRITZER, Leonardo. Participation in democratic Brazil: from popular hegemony and innovation to middle-class protest. *Opinião Pública*, v. 23, n. 1, p. 43-59, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1590/1807-0191201723143>
5. AVRITZER, Leonardo. *Impasses da democracia no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.
6. AVRITZER, Leonardo; KERCHE, Fabio; MARONA, Marjorie (Orgs.). *Governo Bolsonaro: retrocesso democrático e degradação política*. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.
7. BAIOCCHI, Gianpaolo; TEIXEIRA, Ana Claudia. Brazil: back to the streets? In: ALVAREZ, Sonia E. et al. (Orgs.). *Beyond civil society: activism, participation, and protest in Latin America*. Durham: Duke University Press, 2017. p. 283-295.
8. BALASSIANO, Marcel. Década cada vez mais perdida na economia brasileira e comparações internacionais. *Portal FGV*, 02 jul. 2020. Disponível em: <https://portal.fgv.br/artigos/decada-cada-vez-mais-perdida-economia-brasileira-e-comparacoes-internacionais>. Acesso em: 15 fev. 2022.
9. BAQUERO, Marcello. Democracia formal, cultura política informal e capital social no Brasil. *Opinião Pública*, v. 14, n. 2, p. 380-413, 2008. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-62762008000200005>
10. BAQUERO, Marcello; LINHARES, Bianca de Freitas. Por que os brasileiros não confiam nos partidos? Bases para compreender a cultura política (anti)partidária e possíveis saídas. *Revista Debates*, v. 5, n. 1, p. 89-114, 2011. DOI: <https://doi.org/10.22456/1982-5269.20058>
11. BAQUERO, Marcello; RANINCHESKI, Sônia; CASTRO, Henrique Carlos de O. de. A formação política do Brasil e o processo de democracia inercial. *Revista Debates*, v. 12, n. 1, p. 87-106, 2018. DOI: <https://doi.org/10.22456/1982-5269.81460>
12. BAQUERO, Marcello. Formas alternativas de participação política ou naturalização normativa? Cultura política e capital social no Brasil. *Política & Sociedade*, v. 3, n. 5, p. 165-186, 2004. Disponível em: <https://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/handle/bdtse/3387>. Acesso em: 16 abr. 2023.
13. BERMEO, Nancy. On democratic backsliding. *Journal of Democracy*, v. 27, n. 1, p. 5-19, 2016. Disponível em: <https://www.journalofdemocracy.org/articles/on-democratic-backsliding/>. Acesso em: 16 abr. 2023.
14. BOESE, Vanessa A. et al. How democracies prevail: democratic resilience as a two-stage process. *Democratization*, v. 28, n. 5, p. 885-907, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1080/13510347.2021.1891413>
15. CASSANI, Andrea; TOMINI, Luca. *Autocratization in post-Cold War political regimes*. Cham: Springer International Publishing, 2019.
16. CASTRO, Henrique; CASTILHO, Sofia Vizcarra. Uma democracia frágil e sem valores democráticos. *Revista Debates*, v. 15, n. 2, p. 45-73, 2021. DOI: <https://doi.org/10.22456/1982-5269.110968>
17. CHEIBUB, José Antonio. *Presidentialism, parliamentarism, and democracy*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

18. CHEIBUB, José Antonio; LIMONGI, Fernando. Democratic institutions and regime survival: parliamentary and presidential democracies reconsidered. *Annual Review of Political Science*, v. 5, p. 151–179, 2002. Disponível em: <https://www.annualreviews.org/doi/abs/10.1146/annurev.polisci.5.102301.084508>. Acesso em: 16 abr. 2023.
19. COPPEDGE, Michael. Eroding regimes: what, where, and when? *V-Dem Working Papers*, 2017. DOI: <https://dx.doi.org/10.2139/ssrn.3066677>
20. COSTA, Andressa Liegi Vieira. *Crise de representação, cultura política e participação no Brasil: das Jornadas de Junho ao impeachment de Dilma Rousseff (2013–2016)*. 2019. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2019.
21. DALY, Tom Gerald. Understanding multi-directional democratic decay: lessons from the rise of Bolsonaro in Brazil. *Law and Ethics of Human Rights*, v. 14, n. 2, p. 199–226, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1515/lehr-2020-2014>
22. DEBATE sobre eleições gera mais de 130 milhões de tuítes e de 160 milhões de interações no Facebook em três meses. *FGV DAPP*, 01 nov. 2018. Disponível em: <https://observa2018.dapp.fgv.br/posts/debate-sobre-eleicoes-gera-mais-de-130-milhoes-de-tuites-e-de-160-milhoes-de-interacoes-no-facebook-em-tres-meses/>. Acesso em: 14 dez. 2022.
23. DELLA PORTA, Donatella. For participatory democracy: some notes. *European Political Science*, v. 18, n. 4, p. 603–616, 2018. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1057/s41304-018-0198-z>. Acesso em: 16 abr. 2023.
24. DIAMOND, Larry. The impact of the economic crisis: why democracies survive. *Journal of Democracy*, v. 22, n. 1, p. 17–30, jan. 2011. Disponível em: <https://www.journalofdemocracy.org/articles/the-impact-of-the-economic-crisis-why-democracies-survive/>. Acesso em: 16 abr. 2023.
25. DIAMOND, Larry; LINZ, Juan J. Introduction: politics, society, and democracy in Latin America. In: DIAMOND, LARRY; LINZ, Juan J.; LIPSET, Seymour Martin (Orgs.). *Democracy in developing countries: Latin America*. Boulder: Lynne Rienner Publishers, 1989. p. 1–58.
26. EASTON, David. *A systems analysis of political life*. Chicago: University of Chicago Press, 1979.
27. FOA, Roberto Stefan; MOUNK, Yascha. The signs of deconsolidation. *Journal of Democracy*, v. 8, n. 1, p. 5–16, 2017. Disponível em: <https://www.journalofdemocracy.org/articles/the-signs-of-deconsolidation/>. Acesso em: 16 abr. 2023.
28. GALLEGÓ, Esther Solano. La bolsonarización de Brasil. *Documentos de Trabajo IELAT*, n. 121, 2019. Disponível em: https://ielat.com/wp-content/uploads/2019/03/DT_121_Esther-Solano-Gallego_Web_abril-2019.pdf. Acesso em: 16 abr. 2023.
29. GAMBOA, Laura. *Resisting backsliding: opposition strategies against the erosion of democracy*. Cambridge: Cambridge University Press, 2022.
30. GAMBOA, Laura. Opposition at the margins: strategies against the erosion of democracy in Colombia and Venezuela. *Comparative Politics*, v. 49, n. 4, p. 457–477, 1 jul. 2017. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/26330983>. Acesso em: 16 abr. 2023.
31. GERSCHESKI, Johannes. Erosion or decay? Conceptualizing causes and mechanisms of democratic regression. *Democratization*, v. 28, n. 1, p. 43–62, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1080/13510347.2020.1826935>
32. GONZÁLEZ, Rodrigo Stumpf; BAQUERO, Marcello; GROHMANN, Luís Gustavo Mello. Nova direita ou vinho velho em odres novos? A trajetória conservadora no Brasil do último século. *Revista Debates*, v. 15, n. 2, p. 9–44, 2021. DOI: <https://doi.org/10.22456/1982-5269.110792>
33. HAGGARD, Stephan; KAUFMAN, Robert R. *Backsliding: democratic regress in the contemporary world*. Cambridge: Cambridge University Press, 2021.
34. HELLMMEIER, Sebastian *et al.* State of the world 2020: autocratization turns viral. *Democratization*, v. 28, n. 6, p. 1053–1074, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1080/13510347.2021.1922390>

35. HUNTER, Wendy; POWER, Timothy J. Bolsonaro and Brazil's illiberal backlash. *Journal of Democracy*, v. 30, n. 1, p. 68-82, 2019. Disponível em: <https://www.journalofdemocracy.org/articles/bolsonaro-and-brazils-illiberal-backlash/>. Acesso em: 16 abr. 2023.
36. HUNTER, Wendy; VEGA, Diego. Populism and the military: symbiosis and tension in Bolsonaro's Brazil. *Democratization*, v. 29, n. 2, p. 337-359, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1080/13510347.2021.1956466>
37. HUNTINGTON, Samuel P. *The third wave: democratization in the late twentieth century*. Norman: University of Oklahoma Press, 1991.
38. HUQ, Aziz; GINSBURG, Tom. How to lose a constitutional democracy. *UCLA Law Review*, v. 65, n. 1, p. 78-169, 18 jan. 2017. Disponível em: <https://www.uclalawreview.org/lose-constitutional-democracy/>. Acesso em: 16 abr. 2023.
39. INTERNATIONAL IDEA. *The global state of democracy 2022: forging social contracts in a time of discontent*. Stockholm: [s.n.], 2022. Disponível em: <https://idea.int/democracytracker/sites/default/files/2022-11/the-global-state-of-democracy-2022.pdf>. Acesso em: 16 abr. 2023.
40. ITUASSU, Arthur *et al.* Campanhas online e democracia: as mídias digitais nas eleições de 2016 nos Estados Unidos e 2018 no Brasil. In: PIMENTEL, Pedro Chapaval; TESSEROLI, Ricardo (Orgs.). *O Brasil vai às urnas: as campanhas para presidente na TV e internet*. Londrina: Syntagma Editores, 2019. p. 15-49.
41. KALIL, Isabela Oliveira. *Quem são e no que acreditam os eleitores de Bolsonaro*. São Paulo: Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, 2018. Disponível em: <https://www.fespsp.org.br/upload/usersfiles/2018/Relatório para Site FESPSP.pdf>. Acesso em: 16 abr. 2023.
42. KNEUER, Marianne. Unravelling democratic erosion: who drives the slow death of democracy, and how? *Democratization*, v. 28, n. 8, p. 1442-1462, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1080/13510347.2021.1925650>
43. LAEBENS, Melis G.; LÜHRMANN, Anna. What halts democratic erosion? The changing role of accountability. *Democratization*, v. 28, n. 5, p. 908-928, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1080/13510347.2021.1897109>
44. LEVITSKY, Steven. Como morrem as democracias? *Fundação FHC*, 08 ago. 2018. Disponível em: <https://fundacaoofhc.org.br/iniciativas/debates/como-morrem-as-democracias-por-steven-levitsky>. Acesso em: 13 jan. 2023.
45. LEVITSKY, Steven; WAY, Lucan. The new competitive authoritarianism. *Journal of Democracy*, v. 31, n. 1, p. 51-65, 01 jan. 2020. Disponível em: <https://www.journalofdemocracy.org/articles/the-new-competitive-authoritarianism/>. Acesso em: 16 abr. 2023.
46. LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. *How democracies die*. New York: Crown Publishing, 2018.
47. LIMONGI, Fernando; FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. A crise atual e o debate institucional. *Novos estudos CEBRAP*, v. 36, n. 3, p. 79-97, 2017. DOI: <https://doi.org/10.25091/S0101-3300201700030008>
48. LINZ, Juan J. The perils of presidentialism. *Journal of Democracy*, v. 1, n. 1, p. 51-69, 1990. Disponível em: <https://www.journalofdemocracy.org/articles/the-perils-of-presidentialism/>. Acesso em: 16 abr. 2023.
49. LINZ, Juan J. Crisis, breakdown & reequilibration. In: LINZ, Juan J.; STEPAN, Alfred (Orgs.). *The breakdown of democratic regimes*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1978. p. 1-130.
50. LIPSET, Seymour Martin. *Political man: the social bases of politics*. New York: Doubleday & Company, 1960.
51. LÜCHMANN, Lígia Helena Hahn. Democracia deliberativa, pobreza e participação política. *Política & Sociedade*, v. 6, n. 11, p. 183-198, 2007. DOI: <https://doi.org/10.5007/%25x>

52. LÜHRMANN, Anna. Disrupting the autocratization sequence: towards democratic resilience. *Democratization*, v. 28, n. 5, p. 1017-1039, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1080/13510347.2021.1928080>
53. LÜHRMANN, Anna; LINDBERG, Staffan I. A third wave of autocratization is here: what is new about it? *Democratization*, v. 26, n. 7, p. 1095-1113, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1080/13510347.2019.1582029>
54. LÜHRMANN, Anna; MEDZIHORSKY, Juraj; LINDBERG, Staffan. Walking the talk: how to identify anti-pluralist parties. *V-Dem Working Papers*, n. 116, 2021. Disponível em: https://v-dem.net/media/publications/working_paper_116_final.pdf. Acesso em: 16 abr. 2023.
55. LUO, Zhaotian; PRZEWORSKI, Adam. *Democracy and its vulnerabilities: dynamics of democratic backsliding*. 31 dez. 2021. Disponível em: <https://papers.ssrn.com/abstract=3469373>. Acesso em: 20 mar. 2023.
56. MAERZ, Seraphine F.; SCHNEIDER, Carsten. Public discourse and autocratization: infringing on autonomy, sabotaging accountability. *V-Dem Working Papers*, n. 112, 1 fev. 2021. Disponível em: <https://papers.ssrn.com/abstract=3779244>. Acesso em: 20 mar. 2023.
57. MAINWARING, Scott. Presidentialism, multipartism, and democracy. *Comparative Political Studies*, v. 26, n. 2, p. 198-228, 1 jul. 1993. DOI: <https://doi.org/10.1177/0010414093026002003>
58. MAINWARING, Scott; PÉREZ-LIÑÁN, Aníbal. *Democracies and dictatorships in Latin America: emergence, survival, and fall*. Cambridge: Cambridge University Press, 2013.
59. MCCARTY, Nolan M. *Polarization: what everyone needs to know*. Oxford: Oxford University Press, 2019.
60. MCCOY, Jennifer; RAHMAN, Tahmina; SOMER, Murat. Polarization and the global crisis of democracy: common patterns, dynamics, and pernicious consequences for democratic polities. *American Behavioral Scientist*, v. 62, n. 1, p. 16-42, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1177/0002764218759576>
61. MENDONÇA, Ricardo Fabrino. Dimensões democráticas nas Jornadas de Junho: reflexões sobre a compreensão de democracia entre manifestantes de 2013. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 33, n. 98, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1590/339707/2018>
62. MERKEL, Wolfgang; LÜHRMANN, Anna. Resilience of democracies: responses to illiberal and authoritarian challenges. *Democratization*, v. 28, n. 5, p. 869-884, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1080/13510347.2021.1928081>
63. MOISÉS, José Álvaro. Cultura política, instituições e democracia: lições da experiência brasileira. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 23, n. 66, p. 11-43, 2008. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-69092008000100002>
64. MOISÉS, José Álvaro; WEFFORT, Francisco. *Crise da democracia representativa e neopopulismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer Stiftung, 2020.
65. NOBRE, Marcos. *Limits of democracy*. Cham: Springer, 2022.
66. NOBRE, Marcos. *Ponto-final: a guerra de Bolsonaro contra a democracia*. São Paulo: Todavia, 2020.
67. NOGUEIRA, Marco Aurélio. Representação, crise e mal-estar institucional. *Sociedade e Estado*, v. 29, n. 1, p. 91-111, 2014. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-69922014000100006>
68. NORRIS, Pippa. *Democratic deficit critical citizens revisited*. Cambridge: Cambridge University Press, 2011.
69. ORTELLADO, Pablo; SOLANO, Esther; NADER, Lucia. Um desacordo entre manifestantes e convocantes dos protestos? *El País*, 18 ago. 2015a. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2015/08/18/opinion/1439933844_328207.html. Acesso em: 22 jan. 2023.
70. ORTELLADO, Pablo; SOLANO, Esther; NADER, Lucia. Um protesto contra todo o sistema político? *El País*, 14 abr. 2015b. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2015/04/14/politica/1429037495_877092.html. Acesso em: 21 fev. 2023.

71. PAGLIARINI, Andre. Jair Bolsonaro: beyond the pale, above the fray (born 1955). In: LARRES, Klaus (Org.). *Dictators and autocrats: securing power across global politics*. London: Routledge, 2021. p. 399-413.
72. PRZEWORSKI, Adam. *What do measures of political polarization measure and what they do not?* 2022. DOI: <https://dx.doi.org/10.2139/ssrn.4105625>
73. PRZEWORSKI, Adam. *Crises of democracy*. Cambridge: Cambridge University Press, 2019.
74. PRZEWORSKI, Adam *et al.* *Democracy and development: political institutions and well-being in the world, 1950-1990*. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.
75. REPUCCI, Sarah; SLIPOWITZ, Amy. The global expansion of authoritarian rule. *Freedom House*, Washington, D.C., 2022. Disponível em: <https://freedomhouse.org/report/freedom-world/2022/global-expansion-authoritarian-rule>. Acesso em: 16 abr. 2023.
76. RUEDIGER, Marco Aurélio. *Desinformação nas eleições 2018: o debate sobre fake news no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 2019. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br:80/dspace/handle/10438/29093>. Acesso em: 16 mar. 2023.
77. SAAD-FILHO, Alfredo; BOFFO, Marco. The corruption of democracy: Corruption scandals, class alliances, and political authoritarianism in Brazil. *Geoforum*, v. 124, p. 300-309, 1 ago. 2021. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.geoforum.2020.02.003>
78. SATO, Yuko *et al.* Institutional order in episodes of autocratization. *V-Dem Working Papers*, n. 133, 2022. Disponível em: https://www.v-dem.net/media/publications/WP_133.pdf. Acesso em: 17 abr. 2023.
79. SECCO, Lincoln. As Jornadas de Junho. In: HARVEY, David *et al.* *Cidades rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2013. p. 71-78.
80. SHUGART, Matthew; CAREY, John M. *Presidents and assemblies: constitutional design and electoral dynamics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.
81. SOMER, Murat; MCCOY, Jennifer; LUKE, Russell E. Pernicious polarization, autocratization and opposition strategies. *Democratization*, v. 28, n. 5, p. 929-948, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1080/13510347.2020.1865316>
82. SOUZA, Cláudio André de. Antipetismo e ciclos de protestos no Brasil: uma análise das manifestações ocorridas em 2015. *Em Debate: Periódico de Opinião Pública e Conjuntura Política*, v. 8, n. 3, p. 35-51, 2016. Disponível em: <https://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/handle/bdtse/3281>. Acesso em: 17 abr. 2023.
83. STARLING, Heloisa Murgel. O passado que não passou. In: ABRANCHES, Sérgio (Org.). *Democracia em risco? 22 ensaios sobre o Brasil hoje*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019. p. 277-292.
84. STEPAN, Alfred; SKACH, Cindy. Constitutional frameworks and democratic consolidation: parliamentarianism versus presidentialism. *World Politics*, v. 46, n. 1, p. 1-22, 1993. DOI: <https://doi.org/10.2307/2950664>
85. SVOLIK, Milan W. Polarization versus democracy. *Journal of Democracy*, v. 30, n. 3, p. 20-32, 2019. Disponível em: <https://www.journalofdemocracy.org/articles/polarization-versus-democracy/>. Acesso em: 17 abr. 2023.
86. SVOLIK, Milan W. Which democracies will last? Coups, incumbent takeovers, and the dynamic of democratic consolidation. *British Journal of Political Science*, v. 45, n. 4, p. 715-738, 2015. DOI: <https://doi.org/10.1017/S0007123413000550>
87. SVOLIK, Milan W. Authoritarian reversals and democratic consolidation. *American Political Science Review*, v. 102, n. 2, p. 153-168, 2008. DOI: <https://doi.org/10.1017/S0003055408080143>
88. TATAGIBA, Luciana; GALVÃO, Andreia. Os protestos no Brasil em tempos de crise (2011-2016). *Opinião Pública*, v. 25, n. 1, p. 63-96, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1590/1807-0191201925163>
89. TOMINI, Luca. Don't think of a wave! A research note about the current autocratization debate. *Democratization*, v. 28, n. 6, p. 1191-1201, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1080/13510347.2021.1874933>

90. TOMINI, Luca; WAGEMANN, Claudius. Varieties of contemporary democratic breakdown and regression: a comparative analysis. *European Journal of Political Research*, v. 57, n. 3, p. 687-716, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1111/1475-6765.12244>
91. TRANSPARÊNCIA INTERNACIONAL. *Índice de Percepção da Corrupção 2022*. 2022. Disponível em: <https://transparenciainternacional.org.br/ipc/>. Acesso em: 2 fev. 2023.
92. TRANSPARÊNCIA INTERNACIONAL. *Brazil: setbacks in the legal and institutional anti-corruption frameworks*. 2019. Disponível em: <https://comunidade.transparenciainternacional.org.br/asset/58:brazil-setbacks-in-the-anti-corruption-legal-and-institutional-frameworks?stream=1>. Acesso em: 17 abr. 2023.
93. UNIFYING BRAZIL will be Lula's biggest challenge in office. *Wilson Center*, Jan. 12, 2023. Disponível em: <https://www.wilsoncenter.org/article/unifying-brazil-will-be-lulas-biggest-challenge-office>. Acesso em: 17 abr. 2023.
94. V-DEM INSTITUTE. *Defiance in the face of autocratization: democracy report 2023*. Gothenburg: [s.n.], 2023. Disponível em: https://www.v-dem.net/documents/29/V-dem_democracyreport2023_lowres.pdf. Acesso em: 17 abr. 2023.
95. V-DEM INSTITUTE. *Graphing tools: variable graph*. ©2023. Disponível em: https://v-dem.net/data_analysis/VariableGraph/. Acesso em: 2 fev. 2023.
96. V-DEM INSTITUTE. *Autocratization turns viral: democracy report 2021*. Gothenburg: [s.n.], 2021. Disponível em: https://www.v-dem.net/media/filer_public/74/8c/748c68ad-f224-4cd7-87f9-8794add5c6of/dr_2021_updated.pdf. Acesso em: 05 jan. 2022.
97. VEJA PESQUISA completa do Ibope sobre os manifestantes. *G1*, 24 jun. 2013. Disponível em: <https://g1.globo.com/brasil/noticia/2013/06/veja-integra-da-pesquisa-do-ibope-sobre-os-manifestantes.html>. Acesso em: 18 fev. 2023.
98. VIANA, Silvia. Será que formulamos mal a pergunta? In: HARVEY, David *et al.* *Cidades rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2013. p. 53-58.
99. VICINO, Thomas J.; FAHLBERG, Anjuli. The politics of contested urban space: the 2013 protest movement in Brazil. *Journal of Urban Affairs*, v. 39, n. 7, p. 1001-1016, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1080/07352166.2017.1323545>
100. WALDNER, David; LUST, Ellen. Unwelcome change: coming to terms with democratic backsliding. *Annual Review of Political Science*, v. 21, p. 93-113, 2018. Disponível em: <https://www.annualreviews.org/doi/abs/10.1146/annurev-polisci-050517-114628>. Acesso em: 17 abr. 2023.
101. WORLD BANK. *World Bank Open Data*. ©2023. Disponível em: <https://data.worldbank.org/>. Acesso em: 02 fev. 2023.

Submissão em 20 de março de 2023.

Aceito em 30 de março de 2023.

